Vogais suplentes:

- Ana Cristina Flores Lobo, técnica superior de 1.ª classe da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.
- Carla Isabel Contreiras do Rosário, técnica superior de 1.ª classe da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Setúbal.

O presidente do júri será substituído nas suas faltas ou impedimentos pela 1.ª vogal efectiva.

16 — Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreveu, a apresentação dos documentos comprovativos das suas declarações.

17 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

14 de Dezembro de 2005. — A Presidente, *Maria Cristina Corrêa Figueira*.

ANEXO

Legislação e bibliografia aconselhadas para a realização das provas de conhecimentos

I — Prova de conhecimentos gerais — referências A e B:

- Regime de férias faltas e licenças — Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, alterado pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, pelo artigo 42.º do Decreto-Lei n.º 70-A/2000, de 5 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;
- Estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 353-A/89, de 16 de Outubro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 393/90, de 11 de Dezembro, 204/91, de 7 de Junho, 420/91, de 29 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho;
- Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Pública — Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro; Deontologia do serviço público — «Carta ética»;
- Estatutos do Instituto Politécnico de Setúbal — Despacho Normativo n.º 6/95, de 22 de Dezembro de 1994, publicado no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 29, de 3 de Fevereiro de 1995;
- Estatutos da Escola Superior de Ciências Empresariais — despacho n.º 9190-A/98, de 22 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 124, de 29 de Maio de 1998;
- Estatuto e autonomia dos estabelecimentos de ensino superior politécnico — Lei n.º 54/90, de 5 de Setembro;
- Princípios gerais da acção a que devem obedecer os serviços e organismos da Administração Pública na sua actuação face ao cidadão (modernização administrativa) — Decreto-Lei n.º 135/99, de 22 de Abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 29/2000, de 13 de Março;
- Sistema de qualidade em serviços públicos (SQSP) — Decreto-Lei n.º 166-A/99, de 13 de Maio.

II — Prova de conhecimentos específicos:

Referência A:

- Regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 407/91, de 17 de Outubro, 175/98, de 2 de Julho, e 218/98, de 17 de Julho, e pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho;
- Princípios gerais de salários e gestão de pessoal na função pública — Decreto-Lei n.º 184/89, de 2 de Junho, alterado pela Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho;
- Regime de dotação global dos quadros de pessoal para as carreiras de regime geral, de regime especial e com designações específicas — Decreto-Lei n.º 141/2001, de 24 de Abril;
- Regras sobre o regime geral da estruturação de carreiras da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 404-A/98, de 18 de Dezembro, alterado pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, 465/80, de 14 de Outubro (artigo 3.º), 248/85, de 15 de Julho (artigos 1.º a 14.º, 16.º, 35.º e 41.º), e 265/88, de 28 de Julho (artigos 5.º e 6.º), Portaria n.º 807/99, de 21 de Setembro, e Decretos-Leis n.ºs 143/2002, de 20 de Maio, 144/2002, de 20 de Maio, 148/2002, de 21 de Maio, 149/2002, de 21 de Maio, e 154/2002, de 28 de Maio;

Estatuto das carreiras do pessoal de informática — Decreto-Lei n.º 97/2001, de 26 de Março, e Portaria n.º 358/2002, de 3 de Abril;

Regime de incompatibilidades e acumulações dos funcionários e agentes da Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 427/89, de 7 de Dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 407/91, de 17 de Outubro, e 413/93, de 23 de Dezembro;

Estatuto do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico — Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 69/88, de 3 de Março;

Estatuto remuneratório do pessoal docente universitário, do pessoal docente do ensino superior politécnico e do pessoal de investigação científica — Decretos-Leis n.ºs 408/89, de 18 de Novembro, 245/91, de 6 de Julho, 76/96, de 18 de Junho, 212/97, de 16 de Agosto, e 373/99, de 18 de Setembro;

Balço social na Administração Pública — Decreto-Lei n.º 190/96, de 9 de Outubro;

Regras e princípios gerais em matéria de duração e horário do trabalho na Administração Pública — Decretos-Leis n.ºs 259/98, de 18 de Agosto, 324/99, de 18 de Agosto, e 325/99, de 18 de Agosto;

Regime geral de recrutamento e selecção de pessoal para a Administração Pública — Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

Estatuto da Aposentação — Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de Dezembro, alterado pelos Decretos-Leis n.ºs 191-A/79, de 25 de Junho, 214/83, de 25 de Maio, e 116/85, de 19 de Abril;

Avaliação de desempenho dos trabalhadores e dirigentes intermédios da Administração Pública — Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, e Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio.

Referência B:

- «European Credit Transfer and Accumulation System and the Diploma Supplement», de 17 de Agosto de 2005, disponível em www.socleo.pt;
- «European Credit Transfer and Accumulation System — User's guide 2005», disponível em www.socleo.pt;
- «Socrates Program — Guidelines for applicants», disponível em www.socleo.pt;
- Filipe Pedro, Joaquim Caetano, Luís Rasquilha e Klaus Christiani, *Gestão de Eventos*, Editora Quimera, 2005;
- Isabel Amaral, *Imagem e Sucesso — Guia de Protocolo para Empresas*, 3.ª ed., Lisboa, Editorial Verbo, 1999.

Despacho (extracto) n.º 50/2006 (2.ª série). — Por despacho de 7 de Setembro de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Sónia Cristina Simões Madeira Domingues, equiparada a assistente, em regime de tempo parcial, 30%, a exercer funções na Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, deste Instituto Politécnico — autorizada a alteração contratual de 30% para 50%, com efeitos a partir de 7 de Setembro de 2005.

7 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 51/2006 (2.ª série). — Por despacho de 6 de Setembro de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal:

Telma Margarida Cotovio Guerra Santos — autorizado o contrato administrativo de provimento como professora-adjunta equiparada, em regime de exclusividade, por um ano, para exercer funções na Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, deste Instituto Politécnico, com a remuneração mensal ilíquida de € 2797,72, com efeitos a partir de 6 de Setembro de 2005, por urgente conveniência de serviço.

7 de Dezembro de 2005. — A Administradora, *Maria Manuela Serra*.

Despacho (extracto) n.º 52/2006 (2.ª série). — Por despacho de 8 de Setembro de 2005 da presidente do Instituto Politécnico de Setúbal, por delegação de competências:

Inês Osório de Castro Meireles, equiparada a professora-adjunta da Escola Superior de Tecnologia do Barreiro, deste Instituto Poli-